

Universidade Federal de Alagoas- UFAL
Campus Sertão
Ciências Econômicas

Maria Samila Souza Guimarães

Panorama dos Sistemas Socioprodutivos Orgânico e Agroecológico em Alagoas

Santana do Ipanema-AL

2021

Maria Samila Souza Guimarães

Panorama dos Sistemas Socioprodutivos Orgânico e Agroecológico em Alagoas

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de ciências econômicas da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, campus sertão, como requisito parcial para à obtenção do título de bacharela em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Celso Guerreiro Brandão Barbosa

Santana do Ipanema

2021

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

G963p Guimarães, Maria Samila Souza.

Panorama dos sistemas socioprodutivos orgânico e agroecológico em Alagoas / Maria Samila Souza Guimarães. - 2021.
41 f. : il. color.

Orientador: Luciano Celso Guerreiro Brandão Barbosa.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Alagoas. Campus do Sertão. Santana do Ipanema, 2022.

Bibliografia: f. 39-41.

1. Produção orgânica. 2. Produção agroecológica. 3. Comercialização agropecuária – Alagoas. I. Título.

CDU: 631.147 : 631.95 (813.5)

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, por ter me dado força e coragem nesta jornada. Agradeço a todos os professores que contribuíram para meu crescimento pessoal e profissional, em especial ao meu orientador Luciano Barbosa, pela oportunidade de ter feito parte do projeto PIBIC ciclo 2019-2021, que foi de grande importância para minha desenvoltura acadêmica.

Agradeço a toda minha família que direta ou indiretamente me deram forças para alcançar esta conquista. Minha eterna gratidão ao meu alicerce, meus pais, Francisco e Maria, pelo apoio afetivo e financeiro, por todas as palavras de incentivo e por terem me proporcionado sempre o melhor, mesmo diante de tantas dificuldades. Dedico também estas palavras de gratidão aos meus irmãos, Adeildo, Adrielly, Alexandre, Ari e Samara, estes que são essências em minha vida.

Gratidão, aos meus amigos do transporte Major: Mayara, Samuel, Bianca e Rute. E a minha segunda família: Karol, Carol, Fábria, Stela, Beatriz, com vocês aprendi a ser feliz com muito pouco e entendi o real significado de amizade verdadeira. Agradeço também aos demais: Erick, Deyviane, Anita, Gustavo, Manu, Júlia, Danilto por todo o carinho e momento de descontração durante minha jornada acadêmica.

Agradeço a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Resumo

A produção orgânica e agroecológica vem emergindo como um sistema produtivo importantes para os pequenos agricultores em todo o mundo. No Brasil isto não é diferente, as mesmas, tem papel importante para o desenvolvimento da agricultura familiar e para a segurança nutricional e alimentar brasileira. Assim, objetivou-se mapear a produção e os canais de comercialização utilizados para o escoamento da produção orgânica e agroecológica em Alagoas. Para esta pesquisa, foram realizadas uma revisão de literatura, pesquisa documental e de informações em sites de instituições que atuam nos sistemas produtivos orgânicos e agroecológicos. Foram pesquisados: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, a Secretária do Estado da Agricultura, Pecuária, e Pesca e Aquicultura, a Associação de Agricultores Alternativos e a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários. Observou-se com a pesquisa que, segundo o Censo Agropecuário de 2017, do IBGE, existe no estado de Alagoas, 98.542 estabelecimentos agropecuários, destes, 3.387 são propriedades que produzem orgânicos, para além, uma expansão dos canais de comercialização para os produtos orgânicos e agroecológicos em Alagoas, principalmente, no município de Maceió, Capital do Estado. Conclui-se que existe um grande caminho a percorrer, seja pelas instituições como pelos agricultores, mas este caminho pode levar a uma considerável melhoria nas condições de vida, tanto dos agricultores como da população local. Algumas coisas já estão sendo feitas neste sentido, como o incentivo e fomento à produção orgânica e agroecológica, bem como, o escoamento da produção em feiras livres locais, porém são necessários mais investimentos e políticas para o desenvolvimento destes sistemas produtivos em Alagoas, conforme o que foi pesquisado.

Palavras-chave: Produção orgânica e agroecológica, Comercialização agropecuária, Desenvolvimento rural.

Abstract

Organic and agroecological production is emerging as an important production system for small farmers around the world. In Brazil, this is no different, they play an important role in the development of family farming and in Brazilian nutritional and food security. Thus, the objective was to map the production and marketing channels used to transport organic and agroecological production in Alagoas. For this research, a literature review, documentar research and information on websites of institutions that work in organic and agroecological production systems were carried out. The following were surveyed: the Brazilian Institute of Geography and Statistics, the Ministry of Agriculture, Livestock and Supply, the State Secretary for Agriculture, Livestock, and Fisheries and Aquaculture, the Alternative Farmers Association and the Small Agricultural Producers Cooperative of the Community Banks. It was observed with the survey that, according to the 2017 IBGE Agricultural Census, there are 98.542 agricultural establishments in the state of Alagoas, of which 3.387 are properties that produce organics, in addition to an expansion of marketing channels for organic products and agroecological in Alagoas, mainly in the city of Maceió, capital of the state. It is concluded that there is a long way to go, both for institutions and for farmers, but this path can lead to a considerable improvement in living conditions, both for farmers and for the local population. Some things are already being done in this regard, such as encouraging and fostering organic and agroecological production, as well as the flow of production in local free fairs, but more investments and policies are needed for development of these production systems in Alagoas, according to that was researched.

Keywords: Organic and agroecological production, Agricultural marketing, Rural development.

Lista de Figuras

Figura 1 - Mapa da distribuição das unidades de produção orgânica no Brasil.....	25
Figura 2 - Mapa de Alagoas.....	27
Figura 3. Gráfico que representa a faixa etária dos produtores orgânicos Alagoanos, referente ao ano de 2017.....	28
Figura 4. Gráfico que representa a área de produção dos estabelecimentos orgânicos em Alagoas no ano de 2017.....	29
Figura 5. Gráfico que representa a caracterização da produção orgânica Alagoana em 2006 ..	30

Lista de Tabelas

Tabela 1. Evolução das áreas à produção orgânica, entre 2007 e 2017, dos países com maiores extensões de área em 2017.....	22
Tabela 2. Países com mais de 10% da área total agricultável destinada a produção orgânica...	23
Tabela 3. Associações e Cooperativas da Mesorregião Leste de Alagoas 2020	31
Tabela 4. Associações e Cooperativas da Mesorregião Agreste de Alagoas, 2020	32
Tabela 5. Associações e Cooperativas da Mesorregião Sertão de Alagoas, 2020	32

Lista de Siglas e Abreviaturas

AAGRA: Associação de Agricultores Alternativos

COOPPABACS: Cooperativa dos Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ITERAL: Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas

IPEA: Instituto de Economia Aplicada

MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

PAA: Programa de Aquisição Familiar

PLANAPO: Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Educar

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEAGRI: Secretária do Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	10
1.2 Procedimento Metodológico	11
2. HISTÓRIA ESTRUTURAL E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	12
3. O SISTEMA ORGÂNICO E AGROECOLÓGICO: UM BREVE RELATO TEÓRICO ..	16
4. POLÍTICAS PÚBLICAS E O SISTEMA ORGÂNICO E AGROECOLÓGICO NO BRASIL.....	18
5. O PANORAMA DA PRODUÇÃO ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA.....	21
5.1 O Panorama da Produção Orgânica e Agroecológica no Mundo	21
5.2 Panorama de Produção Orgânica e Agroecológica no Brasil.....	24
5.3 Panorama da Produção Orgânica e Agroecológica em Alagoas	27
6. ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO NOS SISTEMAS SOCIOPRODUTIVOS ORGÂNICO E AGROECOLÓGICO EM ALAGOAS.	31
7. O CENÁRIO BRASILEIRO DA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTIVOS ORGÂNICOS E AGROECOLÓGICOS.....	35
8. CONCLUSÃO.....	37
9. REFERÊNCIAS	39

1. INTRODUÇÃO

A agricultura de base agroecológica e orgânica tem se tornando um caminho para muitos agricultores familiares, sendo um manejo complexo, mas, que se caracteriza pela proteção das culturas, fertilidade do solo e produtividade (ALTIERI, 1987). Esses sistemas, se concretizam em contrapartida á agricultura moderna idealizada pela “Revolução Verde” que tem como objetivo central a acumulação de capital e exploração dos recursos naturais, evidenciando sempre, a necessidade do crescimento econômico, colocando-o como peça central do sistema. (BALEM, 2003).

É de suma importância ressaltar os ganhos da agricultura moderna, até seu desempenho de grande relevância ao nosso Produto Interno Bruto (BRASIL, 2020). Entretanto, suas externalidades geram impactos negativos á cerca da natureza e saúde humana, para além, tamanha modernização acaba intensificando o êxodo-rural, à exclusão social, elevando a deficiência do meio econômico, gerando uma desvalorização na vida rural (BARBOSA, 2007).

Logo, é notório a importância de um mecanismo que favoreça o agricultor familiar para que os mesmos continuem suas vidas no campo, em um ambiente favorável para seu desenvolvimento social e econômico, possibilitando asseguração para melhor qualidade de vida (BARBOSA, 2007).

Diante disto, os sistemas orgânicos e agroecológicos se destacam, pois, são sistemas que são articulados de forma sustentáveis, que agregam nos aspectos econômicos, sociais e ambientais, respeitando as diferenças culturais, ademais, propõem que as necessidades dessa geração seja atendida, mas sem sacrificar as gerações futuras. Neste sentido, a produção agrícola sustentável visa melhorias para os agricultores familiares por meio de cultivos agrícolas, criação de animais, independentemente do tamanho de suas propriedades (BARBOSA, 2007). Logo, o objetivo é que os agricultores familiares tornem-se os arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento (CHAMBERS, 1983).

Desta forma, o presente trabalho busca mapear a produção e os canais de comercialização utilizados para o escoamento da produção orgânica e agroecológica em Alagoas. Sendo assim, em sua execução se buscou entender o panorama dos sistemas socioprodutivos orgânicos e agroecológicos em Alagoas, o processo de comercialização existente, as concepções acerca do ambiente institucional, bem como, compreender a importância econômica que este sistema possui para a economia estadual e nacional.

1.2 Procedimento Metodológico

A pesquisa teve início em agosto de 2019, pois se sucedeu do – Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) – assim, objetivou-se discorrer brevemente sobre os sistemas orgânicos e agroecológicos no Brasil. Logo após, foi feito um panorama destes sistemas no estado de Alagoas, dando ênfase a produção e comercialização. Ademais, a pesquisa buscava mapear, de forma introdutória, os canais de comercialização utilizados para o escoamento da produção orgânica e agroecológica do estado, todas estas vertentes, atreladas as instituições, que atuam para o desenvolvimento destes sistemas produtivos em Alagoas. Para além, fez-se um mapeamento realizado junto as instituições para assim caracterizar a produção, dando ênfase também, as associações e cooperativas ativas no estado.

Os primeiros meses de desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas revisões de literatura, ou seja, foram pesquisados pontos importantes das temáticas descritivas acima em livros, artigos científicos, dissertação e Mestrado e Tese de Doutorado, inclusive do orientador desta pesquisa, uma vez que sua dissertação abordava a dinâmica dos sistemas produtivos orgânicos e agroecológicos alagoano no período de 2005 a 2007.

Desta forma, o desenvolvimento da pesquisa se deu através de dados secundários de instituições que produzem informações sobre os sistemas orgânicos e agroecológicos alagoano, sendo elas: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA); Secretária do Estado da Agricultura, Pecuária, e Pesca e Aquicultura (SEAGRI); Associação de Agricultores Alternativos (AAGRA); Cooperativa dos Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários (COOPPABACS).

Desta forma, todas as informações obtidas foram tabuladas e analisadas por meio de estatística descritiva. Assim, esse instrumental foi fundamental, tanto para conhecer, quanto para dimensionar a importância da agricultura familiar, bem como, dos sistemas produtivos orgânicos e agroecológicos em Alagoas. Além disso, está é uma pesquisa que usou o método quali-quantitativo para a análise das informações.

2. HISTÓRIA ESTRUTURAL E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar, conhecida anteriormente por agricultura de subsistência passou por um longo processo de transformação, atravessando as linhas da desigualdade, o seu processo foi marcado por lutas, assim, até conseguir visibilidade por parte de governantes, os agricultores de subsistência tiveram que resistir aos ciclos que marcaram a formação econômica do Brasil, a datar dos períodos das capitanias hereditárias, ciclo da mineração, borracha, açúcar e café, e a atividade agropecuária que até a década atual, é pautada como destaque no Brasil.

Desde das décadas passadas, os pilares da agricultura familiar sempre estiverem firmados na vertente sustentabilidade, ou seja, práticas e manejos e uso de insumos locais que não fossem nocivos ao meio ambiente, se ramificado, através da agricultura orgânica e agroecológica que estão baseadas nos mesmos princípios (BARBOSA, 2007). Entretanto, os setores mais privilegiados e capitalizados na área rural sempre foram a esfera produtiva das commodities, produções colhidas em grandes latifúndios e exportadas ao mercado internacional (MATTIE, 2015).

O século XVIII no Brasil, foi marcado pela cultura canavieira, o país era colônia de Portugal, assim como dito anteriormente, tal produção, era voltada para as exportações, ademais, toda essa produção era localizada e concentrada sob os domínios do reino de Portugal (MATTIE, 2015). Após quase 50 anos de reinando de Dom Pedro II, um longo regime monárquico e a ascensão da ordem republicana, o Brasil passou por um longo processo de transformações que ocasionou o regresso dos militares ao poder (POLITIZE, 2017).

Nestas circunstâncias, foi se construindo um novo paradigma, numa dicotomia que ocultava os direitos do povo e garantia os privilégios dos governantes militares, o colonialismo, a criação de colônias, as quais, os seus recursos eram explorados até seu esgotamento, ademais, os países colonialistas detinham do poder monopolista sobre o mercado (MENDONÇA, 2019), todos estes fatores eram prejudiciais para o desenvolvimento da agricultura familiar, era perceptível que existia dois extremos, de um lado tínhamos territórios extensos de solos férteis, e com grandes produções todas voltadas para exportações, de outro, um grande número de trabalhadores rurais com uma pequena quantidade de terra e à mercê do acaso, ou seja, condições climáticas adversas e abandonas pela administração pública (MATTEI, 2015).

Ao passar dos anos, houve insucessos de todos os ciclos econômicos, principalmente, do ciclo do algodão, que perdeu o seu privilégio ao decorrer do crescimento da produção de café, produção está, que foi destaque em cenário mundial, um dos manufaturados mais exportados pelo Brasil (SILVA, 2015). Já no século XX, houve um retroceder nos preços dos produtos de látex que eram extraídos da Amazônia, tudo isso, por conta da produção asiática (MATTEI, 2015), ainda no século XX, o meio rural brasileiro estava sendo afetado pelo processo de abertura comercial, isso gerou um maior desequilíbrio na balança comercial do Brasil (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

O lapso da política agrária brasileira, foi se firmar em dois pilares: a concentração de terras e na exclusão social dos agricultores familiares, este lapso, conduziu o país a debates sobre políticas que conseguissem combater: a pobreza rural, dinâmica populacional, combate ao desemprego, êxodo rural, modernização da agricultura e das mudanças nas relações de trabalho no campo. Nos anos que se sucederam, as problematizações eram: a fome e o resgate a cidadania aos habitantes do campo, e a necessidade do rompimento como o poder econômico e político dos latifundiários (MATTEI, 2015).

Mesmo diante de um cenário totalmente desigual, a agricultura familiar mostrou-se resistente, entretanto, a sua resistência naquele momento, não era sinônimo de alta capacidade produtiva (MATTEI, 2015). Para além, ainda no século XX, o Brasil adotou a política de modernização da agricultura, isto transformou o âmbito agrícola e agropecuário, todavia essas mudanças geraram externalidades negativas, dentre consequências ambientais e sociais, principalmente no quesito mobilidade populacional ocorrida no país (MATTEI, 2015).

Neste cenário, já se lutava pela reforma agrária e pela defesa da agricultura de subsistência, que já era tida como, agricultura familiar, estas lutas ganharam abertura com a constituição de 1988, assim obtiveram visibilidade na “Jornada Nacionais de luta” e a partir de 1995, foram denominadas de “Grito da terra Brasil” (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004). Estes enfrentamentos se sucederam entre os anos de 1964 e 1985, na época falida do regime militar, um governo sem muitas estratégias, e os poucos programas que dispunham, valorizam apenas a agricultura patronal, propícia às exportações, os resultados eram sempre os mesmos, pobreza rural, êxodo rural, ciclo este que se sucedeu durante quatro décadas no Brasil (MATTEI, 2015).

Ao passar dos anos, com o fim do regime militar, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, os mesmos, perceberam a indispensabilidade de políticas voltadas para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar, que até o início da década de 90, era inexistente qualquer tipo de política pública (MATTEI, 2015).

Neste sentido, o governo buscou implementar políticas específicas para aumentar sua produção e produtividade nas áreas agrícolas, estas políticas públicas inclui-a, investimentos em pesquisa e desenvolvimento (PD), extensão rural e crédito em grande proporção, buscando que os mesmos tivessem asseguridade, no momento de produzir e distribuir sua produção (Brasil, 2018).

O desenvolvimento começou a andar de mãos dadas com a agricultura familiar, em julho de 2006, quando foi promulgada a Lei nº 11.326, do decreto nº 9.064 de 2017 que define as diretrizes para a formulação da política da agricultura familiar e seus critérios para identificação deste público (BARBOSA; BRANDÃO, 2020), assim, o empreendimento familiar terá que atender os seguintes requisitos, a saber; Possuir uma área de até quatro módulos fiscais; A mão de obra deve ser familiar no processo produtivo e de geração de renda; Metade da renda gerada, precisa advir das atividades econômicas desenvolvidas no estabelecimento ou empreendimento rural; A propriedade precisa ser gerida por um membro da família (BRASIL, 2017 apud BARBOSA; BRANDÃO, 2020).

Assim, a agricultura familiar vem ganhando espaço em todo território brasileiro, e se ramificando, uma vez que, outras produções que se diferenciam veem emergindo, produções heterogêneas, estas que são vistas como nicho de mercado para os agricultores familiares, sendo, a agricultura orgânica e agroecológica, que nos últimos anos veem andando de mãos dadas com os princípios da agricultura familiar (PEREIRA, 2015).

Em todo território brasileiro, pode-se visualizar o quanto a agricultura familiar e suas ramas, progrediram aceleradamente, no censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE de 2017, o mapeamento confirmou que 77% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, eram empreendimentos familiares, os mesmos, detinham de 80,9 milhões de hectares, um equivalente a 23% das terras brasileiras, entretanto, é válido ressaltar que esta porcentagem, em relação a área por hectares é considerada pequena, diante da vastidão que é o território brasileiro (IBGE, 2017).

Para além, uma importante porcentagem no valor bruto de produção, correspondente a 23%, assim, o instituto também conseguiu constatar, que cerca de 10,1 milhões de pessoas trabalhavam na agricultura familiar, proporcional a 67% da mão de obra dos estabelecimentos (IBGE, 2017). Dentre todos estes dados, é válido ressaltar que todas as regiões do Brasil possuem estabelecimentos agropecuários familiares (IBGE, 2017), estes que desempenham as mais heterogêneas atividades, como já ressaltado, alguns estabelecimentos já no seguimento orgânico e agroecológico, e também na pecuária, avicultura, e tantos outros negócios em desenvolvimento.

Cabe salientar, que a região que mais se destacava no Brasil, era a Região Nordeste e seus nove estados a saber: Alagoas (AL), Bahia (BH), Ceará (CE), Maranhão (MA), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Rio Grande do Norte (RN) e Sergipe (SE), pois, apesar de sofrerem com os fatores climáticos, que ocasionam períodos prologados de seca, a região tem a agricultura familiar como atividade principal do seu sistema, dos 2.322.719 estabelecimentos rurais, 1.838.846 eram propriedades de agricultores familiares (IBGE, 2017 *apud* AQUINO; ALVES; VIDAL, 2020).

Desta forma, dos nove estados nordestinos, os que mais se destacam são Maranhão com 85% dos estabelecimentos considerados familiares, e o estado de Alagoas que por sua vez se encontra com uma porcentagem de 83,59%, estas propriedades alagoanas são predominantes nas Mesorregiões do Agreste e do sertão (BARBOSA; BRANDÃO, 2020)

Diante de todos estes dados, podemos observar que a agricultura familiar passou por um longo processo histórico, este repleto de dificuldades, pode-se dizer que até os dias atuais, há reflexos do que foi vivido anteriormente, entretanto, nos dias atuais, a mesma tem atingindo destaque em mercados locais e regionais, se expandindo para o mercado nacional, além disso, a mesma, têm-se demonstrado, uma abordagem essencial para o desenvolvimento de alternativas, sustentáveis e de condições econômicas solidárias e participativas, interligadas, há preservação ambiental, segurança e soberania alimentar (BARBOSA, 2007)

Contudo, é importante enfatizar que a agricultura familiar ainda se encontra com dificuldades, para permanência das famílias no campo. É importante condições que assegure benefícios, que serão ofertados através de políticas públicas, que desonere os custos de produção, e desenvolva opções para comercialização dos produtos, garantindo-lhes preços justos, tendo em vista, que estas famílias que constituem a base da agricultura familiar, são responsáveis pela geração de importantes princípios (BARBOSA, 2007).

Diante disto, o fortalecimento da agricultura familiar é uma das principais vertentes para acarretar avanços, aos agricultores e suas propriedades rurais e a sociedade, pois, conceitua-se um setor que tem ampla probabilidade de maior crescimento (FAO, 2017)

3. O SISTEMA ORGÂNICO E AGROECOLÓGICO: UM BREVE RELATO TEÓRICO

No período neolítico, no ano 10.000 mil a.C., ocorreu a primeira revolução agrícola, na qual sucedeu a migração, da caça e coleta para à agricultura. A segunda revolução agrícola, decorreu primeiro nos países subdesenvolvidos, o novo sistema trazia o nome de revolução verde, com diversos aparatos tecnológicos e uma vasta gama de insumos químicos, no intuito de possibilitar o trabalho do homem, entretanto, todos estes fatores anulavam as restrições ambientais, por conseguinte, as leis da natureza (ASSIS, 2006).

Ao passar dos anos com o intenso desgaste ambiental, o Brasil e o mundo, foi se firmando em agricultura alternativa e convencional, em discordância da utilização demasiada de insumos químicos, ademais, o cancelamento do saber dos agricultores, singularidades que eram passadas de geração para geração, ou seja, acontecia degradações de todos os alicerces da produção de alimentos (ASSIS, 2006). O objetivo deste movimento em prol da agricultura alternativa e convencional, era a quebra da monocultura, adentrando em novas técnicas, a saber, a interação dinâmica entre solo, plantas, animais, pessoas e ecossistema e meio ambiente, ajudando na diversificação da produção, sem a necessidade de insumos químicos (ALVES; SANTOS; AZEVEDO, 2012).

Diante de tantas vertentes, surgiram novos e diferenciados sistemas de produção, a saber: o sistema agroecológico e orgânico. Estes, que se adaptaram as condições ambientais, externando resultados positivos e excelentes perspectivas do ponto de vista ecológico, agrônomo, econômico e social (BARBOSA, 2013). Diante disto, é válido discorrer brevemente à cerca dos sistemas.

A começar pelo sistema agroecológico que vem emergindo desde de 1970, com base a conservação e ampliação da biodiversidade dos sistemas agrícolas, priorizando a sustentabilidade, qualidade dos alimentos, valorização da vida no campo, para além, é um sistema que se enquadra como um nicho de mercado para a agricultura familiar, visto que partilham princípios em comum, além disso, se enquadrando como uma importante fonte de renda (ASSIS, 2006).

Assim, a agroecologia ganhou visibilidade, pois também era vista como uma alternativa de pluriatividade, visto que o agricultor agroalimentar buscava interromper com um modelo produtivo que tinha por enfoque a economia em larga escala, para adentrar num sistema multiprodutivo (BARBOSA, 2013). Tais vertentes, acabaram impulsionando um panorama a cerca da dinâmica socioeconômica no ambiente rural, isto gerou externalidades positivos, ou seja, uma diversidade de atividades econômicas criando um sucessão de inserções em mercados

diferenciados, do modo que, fortificam os estabelecimentos rurais, auxilia a economia local, ademais proporcionam possibilidades socioambientais melhores (BARBOSA,2013).

O sistema orgânico por sua vez, foi desenvolvido na década 20, pelo pesquisador inglês Albert Howard, que em uma viagem a Índia, iniciou um estudo a cerca das práticas agrícolas de compostagem e adubação orgânica manuseadas pelos agricultores daquela localidade (ALVES; SANTOS; AZEVEDO, 2012). Assim, o sistema foi se consolidando, e na década de 70 na Europa, já era visto os primeiros produtos orgânicos, entretanto, o fortalecimento e expansão do mercado de orgânicos só ocorreu na década de 90 (ALVES; SANTOS; AZEVEDO, *apud*, CEE 2092, 2001).

No Brasil, este sistema foi implementado no ano de 1920, dois fatores impulsionaram essa efetivação, o primeiro, foi a indispensabilidade da preservação ecológica, uma vez que as necessidades desta geração precisa ser atendida, mas sem prejudicar as gerações futuras, um outro fator, não mesmo importante, foi a busca por alimentos saudáveis, que impulsionou a aceitação destes alimentos no mercado, ainda é válido salientar, que assim como o sistema agroecológico, o sistema orgânico tornou-se um nicho de mercado para os agricultores familiares, uma fonte de renda, ademais, na década de 80, surgiram algumas cooperativas que estimulavam a produção e consumo destes produtos (ALVES; SANTOS; AZEVEDO, 2012).

Desta forma, o sistema orgânico e agroecológico foram se consolidando em todo território brasileiro, interligados a viabilização da agricultura familiar, entrelaçando todos os vieses, de distribuição de renda e a garantia de sustentabilidade ambiental, assim, trabalhando na perspectiva de uma ciência que tem interface com outras áreas (BARBOSA, 2013).

Buscando não só produzir alimentos saudáveis, mas gerar uma transformação do modelo de desenvolvimento rural, buscando modificar as variáveis sociais, econômicas e culturais, na mudança do homem em relação a natureza, na articulação dos espaços e urbanização territorial (BALEM, 2003), e assim, constituindo-se uma importante estratégia de sustentabilidade agrícola para qualquer país (BARBOSA, 2013).

4. POLÍTICAS PÚBLICAS E O SISTEMA ORGÂNICO E AGROECOLÓGICO NO BRASIL

O padrão de desenvolvimento econômico, é a variação positiva de variáveis qualitativas, entretanto, o desenvolvimento, têm seus alicerces firmados em variáveis pouco eficazes para assegurar uma boa distribuição de renda, asseguração de vida, segurança e grau de liberdade, todas devidamente distribuídas territorialmente (SANGALLI, *et. al.*, 2013). Todas essas variáveis são essenciais para o desenvolvimento acontecer, estas que se encontram fundamentadas na construção de valores individuais, podendo ser sanadas pelas políticas públicas, apoiadas pelas instituições sociais e governamentais (SANGALLI, *et al.*, 2013).

Os novos sistemas sustentáveis buscam viabilizar o desenvolvimento das variáveis, sociais e econômicas, trazendo assim, melhorias para a vida dos agricultores familiares na zona rural (LEITE, 2007). Entretanto, é de suma importância ressaltar que os paradigmas agroecológica e orgânica, tornam-se sistemas desafiadores para quem decide implementá-los, pois, ainda existe lacunas abertas, e é perceptível, visto que se necessita de medidas complementares e essenciais, tais como, crédito, assistência técnica, distribuição, logística, em si a melhoria das políticas públicas que assegure os agricultores familiares (ORGANIS, 2017).

Diante disto, é válido ressaltar que nem todos os assentamentos são ricos em hectares de solos férteis, água para irrigação, consumo animal e clima favorável, em dimensões maiores, a ausência de capital, ou até mesmo o capital abaixo da média, crédito agrícola mal utilizado, falta de pavimentação até chegar em suas propriedades, e a escassez de recursos para o escoamento de suas produções, e sobre tudo, carência de capacitação dos agricultores para unir aos seus saberes, e assim, desenvolver melhor as produções (SANGALLI, *et al.*, 2013)

No ano de 2013 a 2015, os agricultores orgânicos e agroecológicos receberam a primeira assistência do programa PLANAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que ficou conhecido como Brasil Agroecológico, que contribuiu diretamente para a implementação de políticas públicas, tanto em nível federal, quanto subnacional, isto resultou em um grupo de ações, estas, que foram atualizadas durante outubro de 2016 a junho de 2017 (BRASIL AGROECOLÓGICO, 2019).

Na nova versão, o PLANAPO, expôs dez ministérios, contando com unidades setoriais e entidades vinculadas, ao todo, são 185 iniciativas distribuídas em 25 metas, alicerçadas em seis pilares estratégicos a saber: Produção; Uso e conservação de recursos naturais; Conhecimento; Comercialização e Consumo; Terra e território; e Sociobiodiversidade (BRASIL AGROECOLÓGICO, 2019). É válido salientar, que para efetivação deste programa

ou de alguma de suas ações, é necessário comunicação e articulação com os governantes de Estados e Municípios, de maneira a integralizar as políticas já existentes no âmbito, no intuito de incentivar, ampliar e fortalecer os sistemas orgânicos e agroecológicos (BRASIL AGROECOLÓGICO, 2019).

Do mesmo modo, a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, promulgada em setembro de 2006, pela lei nº 11.326 (BRASIL, 2006), articulou-se no sentido de converter o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF em política pública. Nos anos que se sucederam o PRONAF foi intitulado uma política pública, e assim desenvolveu diversos grupos e linhas de crédito com o intuito de beneficiar os produtores rurais, que trabalhavam com os sistemas orgânicos/agroecológicos ou não (BRASIL, 2016).

Assim, entre as quinze linhas de crédito que o PRONAF disponibilizava, uma em específico, era voltada para os sistemas já citados, deste modo, possibilitava o acesso a crédito. Além disso, o programa disponibilizava mais três linhas de crédito, cujo os sistemas orgânicos/agroecológicos se enquadravam, sendo elas: PRONAF-A, que oferecia investimentos para atividades agropecuárias e não-agropecuárias, sucedendo a linha A/C, que custeava as atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção, e a terceira e última, a linha de crédito B, que tinha o mesmo objetivo da linha A, contendo diferença apenas no limite de crédito, e na carência, assim, os agricultores poderiam se enquadrar de acordo com suas necessidades (BRASIL, 2016).

Além dos programas já citados, ao passar dos anos, algumas outros sistemas foram sendo evidenciados como políticas públicas e de incentivo, para a agricultura e seus sistemas de produção, a saber: O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, criado pelo artigo 19, da lei nº 10.696 (BRASIL, 2003). Programa este, que permitia ao governo comprar produtos da agricultura familiar, cooperando assim, com os agricultores no processo de escoamento de suas produções, isto, a preços justos, e beneficiando algumas populações com estes alimentos, populações estas em situação de insegurança alimentar (BRASIL, 2003).

Um segundo programa não menos importante, é o Programa Nacional de Alimentação Educar- PNAE, promulgado na lei nº 11.947, o objetivo deste programa é estimular a alimentação saudável, auxiliando no desenvolvimento biopsicossocial dos alunos de educação básica das escolas públicas e filantrópicas (BRASIL, 2009). Desta forma, pode-se observar que o PNAE assim como o PAA, se caracteriza como uma via de mão dupla, o qual trás benefícios para uma gama de pessoas, e servindo de incentivo para o meio rural, pois, os assentados terão

segurança para o aumento de sua produção e comercialização, garantindo aos mesmos autonomia financeira (SANGALLI *et al.*, 2013).

Assim, todos os programas citados se concretizam como políticas públicas e de incentivo a agricultura familiar, diretamente aos sistemas orgânicos/agroecológicos, entretanto, ainda existe muitas lacunas a serem sanadas, os programas são existentes, mas em muitas Estados e Municípios não são aplicados, o que acaba dificultando a realidade de muitos produtores da zona rural. Os governantes precisam estarem cientes que políticas públicas eficazes têm a finalidade de preencher lacunas, e suprir as necessidades da sociedade.

5. O PANORAMA DA PRODUÇÃO ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA

5.1 O Panorama da Produção Orgânica e Agroecológica no Mundo

O sistema de produção orgânico/agroecológico surgiu em meio as urgências ambientais, sociais e econômicas, fatores estes que foram evidenciados a partir da conferência das Nações Unidas, popular por: RIO-92, ECO-92 ou Cúpula da terra, que denotou a importância de conciliar o desenvolvimento sustentável com a utilização dos recursos naturais, a partir do comprometimento com a agenda 21 (SENADO, 2012).

Desde de então, os anseios por sistemas produtivos, que dispusessem de práticas sustentáveis, estimularam a produção dos alimentos orgânicos e agroecológicos mundialmente, e assim, dentre os anos de 2000 a 2017, constatou-se um aumento de 15% ao ano (a.a), o que totalizou uma expansão de 365% de áreas cultiváveis de orgânicos, um salto de 15 milhões de hectares de terra para 69,8 milhões, distribuídos mundialmente, 51% destes hectares se encontram na Oceania, 21% na Europa, 11% na América Latina, 9% na Ásia, 5% na América do Norte e 3% na África (IPEA, 2020).

Para além dos 69,8 milhões de hectares de áreas cultiváveis de orgânicos, existe mais 42,4 milhões de hectares, estes dedicados a diferentes práticas, entretanto, também nas diretrizes de produção orgânica, a saber: apicultura, aquicultura, florestas, coleta de produtos silvestres (extrativismo) e pastoreios em terras não agrícolas, assim, totalizando o equivalente a 112,3 milhões de hectares direcionados para a produção orgânica (IPEA, 2020).

Diante do exposto, é importante denotar duas vertentes – Mesmo diante de números tão expressivos e relevantes, a porcentagem de terras direcionadas ao sistema orgânica, ainda é considerada baixa, tendo o ano de 2017 como referência, apenas 1,4% da área agricultável mundial, era destinada a esta produção – todavia, este número de hectares direcionadas ao sistema, pode ser maior, tendo em vista que muitos países não possuem registros da dimensão de áreas que abrigam esta atividade (IPEA, 2020).

Desde de 1999, a Austrália vem liderando o ranking de extensão territorial com cerca de 35,65 milhões de hectares – dentre os 181 países que disponibilizaram dados da produção de orgânicos em 2017 – entre 2007 a 2017, houve uma elevação de 197%, o equivalente a um crescimento de 11, 5% ao ano (a.a) (IPEA, 2020).

A pluralidade da área certificada como orgânico na Austrália é focada a pecuária extensiva propícia para exportações, sendo, a carne bovina a principal – Commodity- exportada pelo país, tendo uma representação de 20% no Produto Interno Bruto em 2016, os demais

alimentos como: Vinho, cereais, frutas, produtos lácteos e vegetais orgânicos acabam integralizando a cadeia dos principais produtos australianos exportados, os mesmos que já possuem destinação certa, seguindo para: Estados Unidos, Coreia do Sul, China, Japão e Singapura (IPEA, 2020).

Países como França, Turquia e Rússia também evidenciaram taxas médias anuais de crescimento atribuídas a produção de orgânicos, entre os anos de 2007 a 2017, taxas até mais altas que a Austrália, entretanto, as terras agricultáveis australianas aumentaram mais de 23 milhões de hectares nesse período, o que propicia ao país a liderança mundial em relação a extensão de terras, destinadas a produção (IPEA, 2020). Ainda entre o período de 2007 a 2017 houve um crescimento de área interligado a produção orgânica em 93 países, entretanto, 36 países demonstraram uma redução e em 40 países houve uma estagnação (IPEA, 2020).

Tabela 1. Evolução das áreas à produção orgânica, entre 2007 e 2017, dos países com maiores extensões de área em 2017.

Colocação	País	Área destinada à produção orgânica em 2007 (ha)	Área destinada à produção orgânica em 2017 (ha)	Aumento da área total agricultável destinada à produção orgânica entre 2007-2017 (ha)	Crescimento da área destinada à produção orgânica entre 2007-2017 (%)
1°	Austrália	11.988.044	35.645.038	23.656.994	11,51
2°	Argentina	2.777.959	3.385.827	607.868	2,0
3°	China	1.553.000	3.023.000	1.470.000	6,9
4°	Espanha	804.884	2.082.173	1.277.289	10,0
5°	Estados Unidos	1.736.084	2.031.318	295.234	1,6
6°	Itália	1.150.243	1.908.653	758.400	5,2
7°	Uruguai	930.965	1.882.178	951.213	7,3
8°	Índia	1.030.311	1.780.000	749.689	5,6
9°	França	557.133	1.744.420	1.187.287	12,1
10°	Alemanha	865.336	1.373.157	507.821	4,7
11°	Canadá	556.237	1.191.739	635.466	7,9
12°	Brasil	932.120	1.136.857	204.737	2,0
13°	México	393.461	673.968	280.507	5,5
14°	Rússia	33.801	656.933	623.132	34,5
15°	Áustria	520.070	620.764	100.694	1,8
16°	Suécia	308.273	576.845	268.572	6,5
17°	Turquia	124.263	520.886	396.623	15,4
18°	República Tcheca	321.890	520.032	207.142	5,2
19°	Reino Unido	660.200	497.742	-164.458	-2,8
20°	Polônia	285.878	494.979	209.101	5,6

Fonte: Adaptado de IPEA, 2020.

Como mostra a tabela 1 acima, extraída do Instituto de Pesquisa a Economia Aplicada-IPEA 2020, houve uma evolução de áreas destinadas a produção de orgânicos, uma porcentagem que se constitui de grande importância, entretanto, alguns países da Europa, superam essa

portagem como mostra a tabela 2, chegando a uma margem de 10% da área total agricultável destinada a produção de orgânicos, todavia, em termos comparativos, são considerados limitados em extensão territoriais (IPEA, 2020).

Tabela 2. Países com mais de 10% da área total agricultável destinada a produção orgânica.

Colação (em 2017)	País	Percentual de terras agrícolas destinado à produção orgânica (%)	Área agrícola com produção orgânica (ha)
1°	Liechtenstein	37,9	1.389
2°	Samoa	37,6	106.406
3°	Áustria	24,0	620.764
4°	Estônia	20,5	196.441
5°	Suécia	18,8	576.845
6°	São Tomé e Príncipe	18,0	8.780
7°	Itália	15,4	1.908.653
8°	Letônia	14,8	268.870
9°	Suíça	14,4	151.404
10°	Uruguai	13,0	1.882.178
11°	República Tcheca	12,2	520.032
12°	Finlândia	11,4	259.451
13°	Guiana Francesa	10,0	3.061
14°	Eslováquia	10,0	189.148

Fonte: Adaptado de IPEA, 2020.

É importante destacar, na tabela 2, a Áustria que no ano de 1983 instituiu as normas nacionais destinadas a agricultura orgânica (IPEA, 2020). Assim, nos anos que se sucederam o país ganhou visibilidade em áreas de produção, principalmente com a manufatura de soja, e as demais: cereais, leguminosas secas, frutas temperadas e de oleaginosas, todos de origem orgânica (IPEA, 2020). Assim, cada país possui suas particularidades no que diz respeito a produção de orgânicos, esta vertente, faz com que os mesmos, se destaquem em produções diferentes, ou até mesmo iguais, entretanto, em níveis dispares de produção.

Uma outra vertente, que vem a ser evidenciada é o número de produtores orgânicos entre os anos de 2000 e 2017, números estes que se multiplicaram mundialmente, uma vez que no ano de 2000, havia registrados 253 mil produtores, já no ano de 2017 no registro constava quase 2,9 milhões, isto é, um aumento de 15,3% ao ano (a.a) (IPEA, 2020).

Essa distribuição se concentrava em 40% na Ásia, 29% na África e 16% na América Latina, todavia, a maior quantidade de produtores orgânicos se concentra na Índia, Uganda, México, ainda, pode se ocorrer uma variação deste número, podendo ser ainda maior, uma vez que muitos países acabam não divulgando a quantidade exata de produtores (IPEA, 2020).

Diante de tudo que foi exposto podemos observar, que a expansão do sistema produtivo orgânico é significativa, entretanto, existe um longo caminho a ser percorrido, tanto quanto, lacunas e desafios a serem enfrentados como: A indispensabilidade de fomentos para as áreas de solos cultiváveis, quanto para os produtores se especializarem, a sistemática para os parâmetros de certificação, que se caracterizam como uma importante vertente para inserção desta produção no mercado interno e externo, uma vez que o selo fixado ao produto, garante ao consumidor, que o mesmo foi produzido de acordo com normas e práticas sustentáveis do sistema orgânico, aumento da áreas agricultáveis, o que irá fortalecer a expansão do sistema (BRASIL, 2020).

Assim conclui-se que mesmo diante destes desafios, o sistema orgânico é um setor que tem grande abertura comercial e probabilidade de maior expansão, a expectativa é que esse sistema consiga se expandir tanto, ao ponto de suprir toda demanda mundial.

5.2 Panorama de Produção Orgânica e Agroecológico no Brasil

O Brasil tem demonstrado um crescimento significativo as raízes do sistema orgânico e ou/agroecológico, sistemas esses que vem a romper com os paradigmas de uma cultura baseada no agronegócio, no uso excessivo de insumos químicos, agrotóxicos, sementes geneticamente modificadas e mecanização pesada, e exclusão do pequeno produtor que se caracteriza como agricultor familiar (IPEA, 2020).

Diante disto, os sistemas foram sendo fortalecidos por algumas organizações não governamentais em parceria com movimentos sociais e organizações da agricultura familiar (IPEA, 2020). Como discorrido no item de políticas públicas, no Brasil foram promulgadas algumas leis e decretos que dispões sobre a agricultura orgânica, assim, estas legislações e institucionalizações projetaram o Brasil mundialmente como um dos países que mais avançaram em prol da produção e comercialização orgânica/agroecológica (IPEA, 2020).

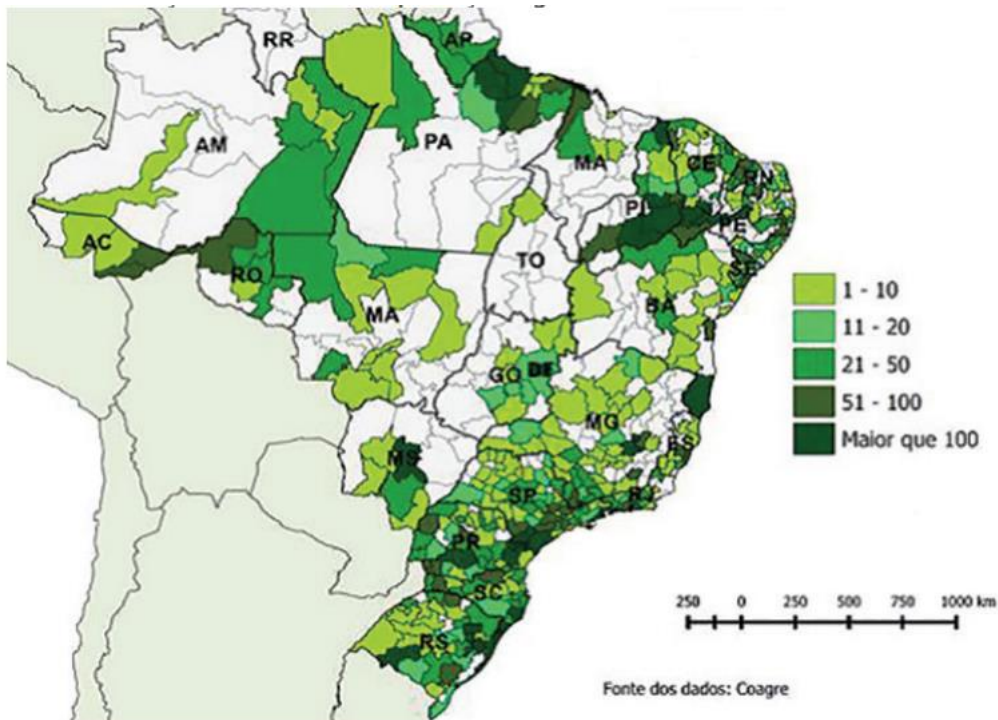
O progresso do sistema orgânico/agroecológico brasileiro, começou a ser evidenciado através de um levantamento sobre as áreas destinadas a produção, o qual apresentou um crescimento de 2% a.a, entre 2007 e 2017, o Brasil ocupou a posição 12º no ranking, ficando entre os 20 países com maior extensão de áreas agricultáveis de orgânicos em 2017 (FIBL STATISTICS 2019, apud, IPEA, 2020).

Para além, o Censo Agropecuário de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, denotou a existência de 68.716 estabelecimentos agropecuários certificados no Brasil, distribuídos por produção, sendo: 39.643 dedicados a produção vegetal, 18.215 a

produção animal e 10.858 estabelecimentos que dispõem tanto de produção animal, quanto de produção vegetal de orgânicos (IBGE 2017, apud, IPEA, 2020).

No ano de 2018, o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos- CNPO, registrou 17 mil produtores e 22 mil estabelecimentos de acordo com a legislação, todos para iniciar na produção orgânica (MAPA 2018, apud, IPEA, 2020). Pode-se constatar também, que entre os anos de 2010 e 2018, houve um crescimento anual de 19% dos estabelecimentos e quase 17% do número de produtores, assim, está expansão do sistema ocorreu em todo território nacional, ou seja, todas as regiões do Brasil demonstraram crescimento em suas produções orgânicas (MAPA 2018, apud, IPEA, 2020). É válido salientar, que a Região Nordeste e a sul são as maiores produtoras de orgânicos, como vem a evidenciar o mapa 1 abaixo (IPEA, 2020).

Figura 1. Mapa da distribuição das unidades de produção orgânica no Brasil.



Fonte: (IPEA, 2020)

A produção orgânica brasileira era considerada a mais heterogênea, se destacando em apicultura e extrativismo, com ênfase a produção de castanhas, todavia, não existe dados consistentes que possam comprovar esse volume de produção (IPEA, 2020), mas, o Brasil possui o maior número de colmeias orgânicas do mundo, com um total de 898.640 unidades (IPEA, 2020), uma demanda que só aumenta, principalmente no mercado externo, assim, a apicultura é vista como um nicho de mercado para os agricultores familiares, e é considerada

uma oportunidade de expansão para aqueles que já permeiam este âmbito, uma vez que o produto, dispõe de um alto valor agregado, tem boa aceitação de consumo (SEBRAE, 2017).

O Brasil também se constitui como maior produtor açucareiro orgânico, uma vez que comporta as maiores empresas produtoras desta manufatura, a saber: Grupo Baldo e Jalles Machado, recorrendo brevemente sobre os mesmos, a começar: O grupo Baldo proprietário da marca Native, mundialmente, o maior produtor de açúcar e álcool orgânico, com uma produção de 87 mil toneladas de açúcar orgânico e um produção de 8,3 milhões de etanol hidratado neutro, essas duas produções são distribuídas para 64 países (IPEA, 2020). O grupo Jalles Machado, detentor da Itajá, mundialmente a empresa se caracteriza como a segunda maior produtora de açúcar, com um volume de 45 mil toneladas por colheita, essa produção é distribuída para 20 países.

Além de todas as produções que já foram citadas, no ano de 2017 o Brasil, foi considerado pela BBC Brasil, o maior produtor de arroz orgânico, produzindo 27 mil toneladas, também é importante caracterizar que toda essa produção, advém de 22 assentamentos rurais, localizados no Rio Grande do Sul, ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), 616 famílias constituem este grupo (IPEA, 2020), vale salientar a importância do MST, que tem como pilar três objetivos: Lutar pela terra; Lutar por reforma agrária; Lutar por uma sociedade mais justa e fraterna, estas vertentes que são de grande importância para o sistemas orgânicos/agroecológico, pois o movimento veio/vem a lutar contra o monopólio sobre as terras (SEC, 2015).

Diante de todas estas exportações, em setembro de 2018, Brasil e Chile firmaram um acordo de reconhecimento mútuo, ou seja, uma via de mão dupla, correlacionada a certificação de produtos orgânicos (BRASIL, 2019). O objetivo central desse acordo é o fortalecimento dos pequenos produtores em meio ao sistema agroexportador, uma vez que ocorre a diminuição de custos, pois, dispensam a contratação de uma empresa certificadora, visto que, as normativas chilenas reconhecem, as brasileiras mutuamente (BRASIL, 2019). Assim, a certificação dos produtos orgânicos é feita por meio do Sistema Participativo de Garantia (SPG), este sistema baseia-se no controle social e na responsabilidade solidária, que garante a geração de credibilidade, entre diferentes culturas, organizações e instituições governamentais e econômicas (HIRATA, 2020).

Além da alta demanda no mercado externo, percebeu-se que o Brasil, é o maior consumidor de orgânicos da América Latina, ou seja, os produtos orgânicos também tem grande abertura comercial local (IPEA, 2020). Assim, a produção e o consumo do orgânico/agroecológico se consolida em cenário mundial, fortalecendo as práticas sustentáveis,

e a agricultura familiar, apresentando-se assim, uma ação integrada na preservação ambiental e social e econômico.

5.3 Panorama da Produção Orgânica e Agroecológica em Alagoas

A Região Nordeste do Brasil, segundo o Instituto de Economia Aplicada- IPEA, veio a ser evidenciada como uma das maiores produtoras de orgânicos/agroecológicos, a mesma exibiu seus estados os quais detinham de maiores níveis de produção, entre estes, o Estado de Alagoas, desta forma, se fez necessário discorrer sobre o sistema no estado, utilizando dados do censo agropecuário de 2006 e 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Desta forma, o estado de Alagoas, é detentor de 102 municípios que são distribuídos em três mesorregiões a saber; Leste, Agreste e Sertão (Figura 1), abrangendo uma área de 27,8 mil km², com cerca de 3.120.494 mil habitantes, destes, 73,6% residente na zona urbana e 26,4% na zona rural (IBGE, 2010). De acordo com o censo de 2017, era existente no estado 98.542 estabelecimentos agropecuários, destes 83,58% são estabelecimentos que manejam dentro das normas da agricultura familiar.

Figura 2. Mapa de Alagoas

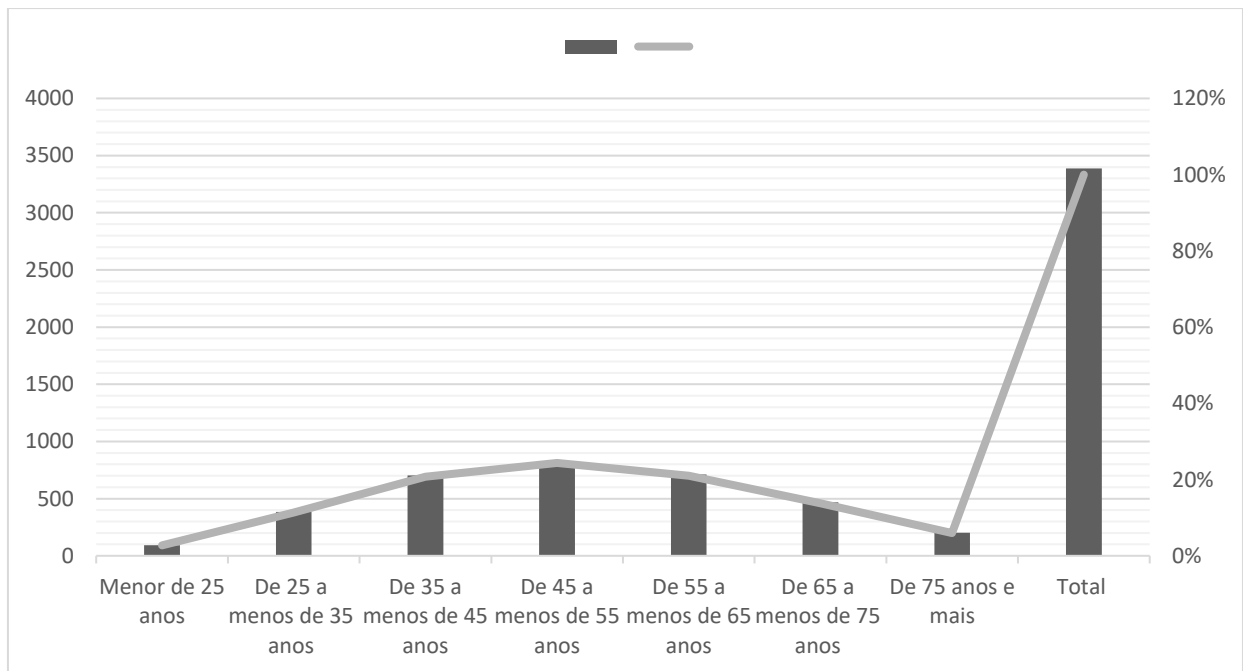


Fonte: IBGE (2010)

Segundo o censo agropecuário de 2006, era existente em Alagoas, 2.117 estabelecimentos que produziam orgânicos, já no censo de 2017, o mapeamento constatou um total de 3.387, ou seja, uma expansão gradativa, é importante frisar, que 81.54% destas unidades, são de base da agricultura familiar, já 18,46% não corresponde a mesma.

Desta forma, buscou-se por analisar o perfil destes produtores, assim, observou-se que, 77% são do sexo masculino, e 23% feminino, os mesmos, apresentavam uma faixa etária entre, menor de 25 anos e maior de 75 anos (**Figura 3**) (IBGE, 2017).

Figura 3. Gráfico que representa a faixa etária dos produtores orgânicos Alagoanos, referente ao ano de 2017.

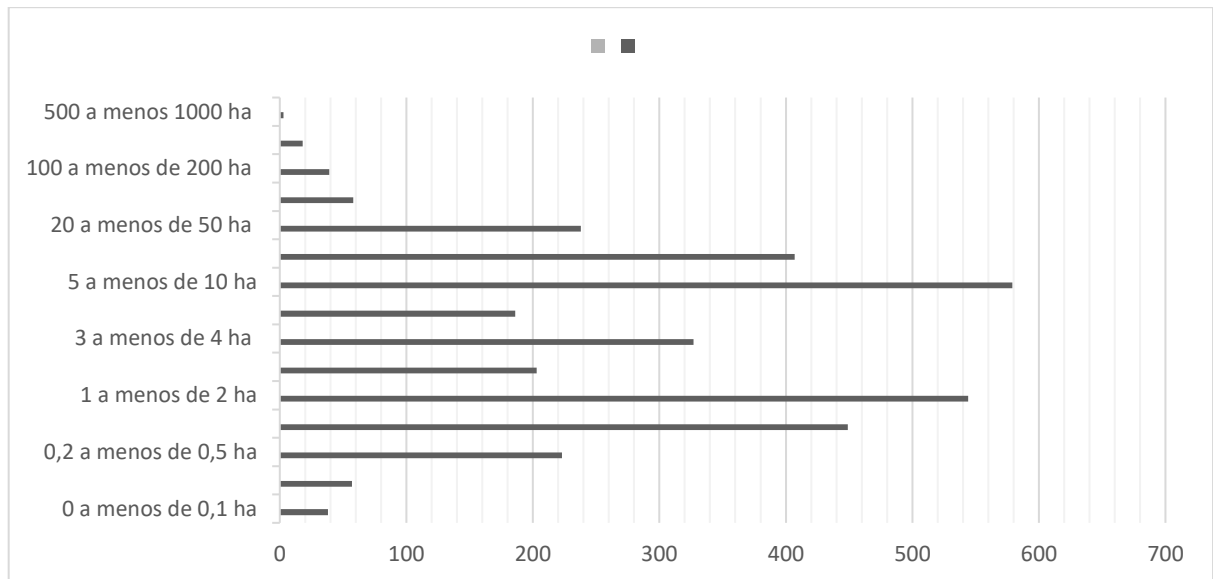


Fonte: Autora, dados IBGE, 2017.

Segundo Barbosa 2013, os agricultores familiares, veem na rede orgânica e agroecológica, uma oportunidade de transformação socioeconômica no ambiente rural, sendo, uma forma de inserção de suas famílias, uma vez que essas propriedades rurais além de proporcionarem as produções, se constituem, com um lugar de moradia, lazer, identidade cultural e relação direta com a natureza. Segundo o Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas- ITERAL, o fortalecimento da agricultura familiar, criará uma nova classe social no estado, que é a classe média rural, oriunda das pequenas propriedades.

Assim, os estabelecimentos que produzem orgânicos em Alagoas, eram denominados como; pequenos, médios e grandes, de acordo com o tamanho de sua área por hectares, referindo-se, a hectômetro ou hectómetro quadrado (hm²) (IBGE, 2017), diante disto, estas unidades distribuía-se em áreas de 0,1 hectare, podendo chegar até menos de 500 hectares (IBGE, 2017) (**Figura 4**).

Figura 4. Gráfico que representa a área de produção dos estabelecimentos orgânicos em Alagoas no ano de 2017.



Fonte: Autora, dados IBGE, 2017.

Diante do Figura 4, percebe-se que a maioria dos estabelecimentos possuía uma área menor de 20 hectares, o qual, este grupo representava 86% dos estabelecimentos. Além disso, somente 3,5% possuíam uma área menor de 1000 hectares, e 0,5% são produtores orgânicos, entretanto, não possuem terras. Desta forma, é válido ressaltar, a condução dos produtores orgânicos em relação às terras, sendo; 77% proprietários, 2% arrendatários, 3% parceiros, 10% comandatários, 3% ocupantes, 1% produtores que não possuem terras (IBGE, 2017).

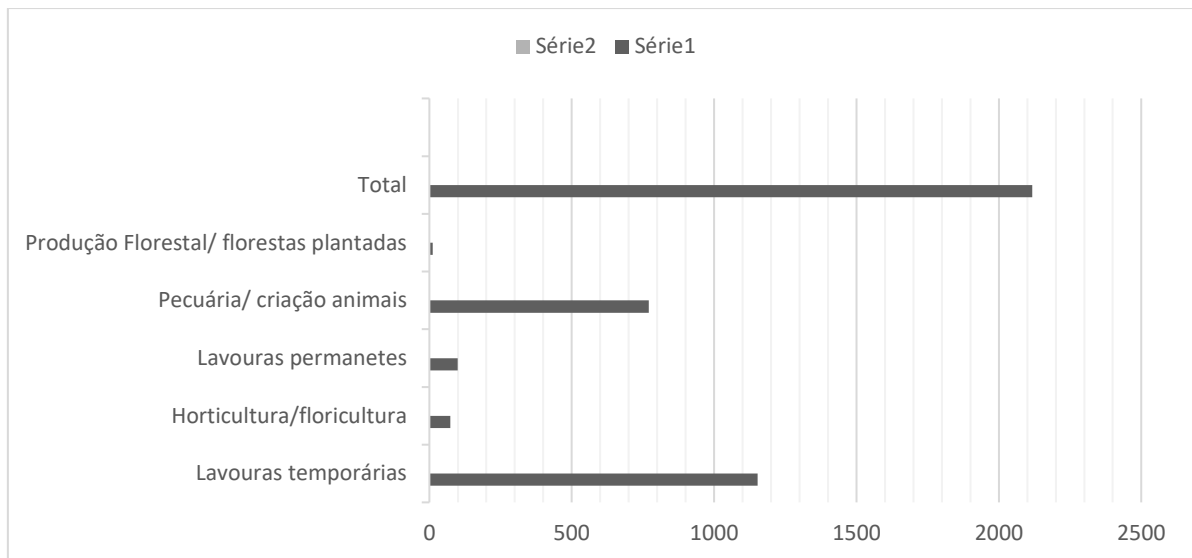
Diante disto, estas unidades, distinguem-se de acordo com sua produção, que é determinada pelo produtor, podendo ser elas; Orgânica Vegetal; Orgânico Animal, ou simultaneamente. Assim, a predominância em Alagoas, é a produção vegetal, pois segundo o censo agropecuário de 2017, 77% dos estabelecimentos detinham de produção vegetal, 10,30% produção animal, 15,47% produção vegetal e animal (IBGE,2017)

Assim, de acordo com a porcentagem, podemos observar que a produção orgânica vegetal, vem se destacando nas propriedades rurais, vale salientar, que desde do censo agropecuário de 2006, que a mesma, vem demonstrando está margem de crescimento, entretanto, apesar desta produção ser a peça principal dos sistemas, a produção orgânica animal, também, demonstra grande abertura, constituindo-se de grande relevância (IBGE, 2006).

Ainda segundo censo agropecuário de 2006, as principais atividades econômicas que constituem as redes orgânicas do estado de Alagoas são; Lavouras temporárias, que são formadas pelos cultivos de curta duração, em geral, fornece apenas uma safra, sendo necessário

um plantio após a colheita (Arroz, milho, trigo, etc.); Horticultura (cultivo de hortas e jardim) e floricultura (cultivo de flores); Lavouras permanentes (Banana, Uva, Laranja); Pecuária e a criação de animais; Produção Florestal (**Figura 5**).

Figura 5. Gráfico que representa a caracterização da produção orgânica Alagoana em 2006.



Fonte: Autora, dados IBGE, 2006

Assim, a Figura 5, demonstra que 54% dos estabelecimentos produzem lavouras temporárias, 3% horticultura e floricultura, 5% lavouras permanentes, 36% pecuária e criação de animais, 1% produção florestal (IBGE, 2006).

Alagoas em Valor Bruto de Produção, movimentou um montante de R\$751 mil, proveniente dos estabelecimentos que produzem orgânicos, 94% oriundo da produção de horticultura e fruticultura, 2,14% de lavouras temporárias, 2,13% da pecuária e da criação de animais, 1,6% provenientes das lavouras temporárias (IBGE,2006).

Diante dos dados, podemos observar que Alagoas tem condições favoráveis e mão-de-obra aos manejos orgânicos/agroecológicos, estes fatores, auxiliam no processo transformação do meio rural, podendo reverter a depauperação e exclusão social da população da zona rural, que desempenha papel de grande relevância para sociedade como um todo.

6. ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO NOS SISTEMAS SOCIOPRODUTIVOS ORGÂNICO E AGROECOLÓGICO EM ALAGOAS.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- Mapa (2020), todas as mesorregiões alagoanas, já possuem, agricultores familiares, no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos-CNPO, alguns, já possuindo certificação, fazendo parte de associações e cooperativas, estas organizações que são de grande importância para os produtores das redes, pois, auxiliando diretamente em sua representatividade, facilitam o diálogo direto, entre os mesmos, ademais, contribuem em esfera rural e da sociedade.

Desta forma, um levantamento do Ministério da Agricultura Pecuária e abastecimento-Mapa (2020), apontou os municípios alagoanos e suas instituições, ou seja, associações e cooperativas que auxiliam no desenvolvimento dos sistemas orgânicos e agroecológicos, assim, esse mapeamento, ocorreu por cada mesorregião do estado, a saber: Leste, Agreste e Sertão, como demonstra as tabelas abaixo.

TABELA 3. Associações e Cooperativas da Mesorregião Leste de Alagoas, 2020.

Mesorregião Leste/Municípios	Associação/Cooperativa
Atalaia	Cooperativa Coopeeranudos
Messias	Associação Comunitária do Assentamento Flor do Bosque
Branquinha	Associação dos Produtores Agroecológicos da Mata de Alagoas- APROAGRO
Santana do Mundaú	Associação Agroecológica do Vale do Mundaú- ECODUVALE
Murici	Associação Comunitária do Acompanhamento Helder Câmara
Ibateguara	Cooperativa Agropecuária de Ibateguara
União dos Palmares	Associação dos Pequenos Produtores do Sítio Esfrega Folha/ Associação dos Minis Produtores do Vale Pelado
Penedo	Dubeltrão Orgânicos
Macéio	Ecocert Brasil/ Copra Ltda

Fonte: Adaptado de MAPA, 2020.

TABELA 4. Associações e Cooperativas da Mesorregião Agreste de Alagoas 2020.

Mesorregião Agreste/ Municípios	Associação/ Cooperativa
Arapiraca	Cooperativa dos Produtores Agroecológicos de Alagoas-TERRAAGRESTE
Palmeira dos Índios	Grupo orgânico Xurucu Cairi/ Grupo Orgânico Caldeirão de Cima
Cacimbinhas	Fazenda Timbaúba Alimentos Orgânicos
Estrela de Alagoas	Cooperativa Agropecuária- COOPAGREAL

Fonte: Adaptado de MAPA, 2020.

TABELA 5. Associações e Cooperativas da Mesorregião Sertão de Alagoas, 2020.

Mesorregião Sertão/ Municípios	Associação/ Cooperativa
Pão-de-Açúcar	Associação dos Pequenos Produtores em Agroecologia
Mata Grande	Orgânicos da Mata
Belo Monte	Associação dos Pequenos Produtores em Agroecologia.
Inhapi	Orgânicos da Mata

Fonte: Adaptado de MAPA, 2020.

Ainda, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento estas cooperativas e associações encontram-se economicamente e socialmente ativas, desenvolvendo papéis de grande significância para os agricultores familiares e suas propriedades (MAPA, 2020).

Segundo Bennato *et al.* (2017) a mesorregião Leste, encontrava-se desenvolvendo ações de implementação e manejo de Sistemas Agroflorestais- SAFs, em geral, estes sistemas desenvolvem o plantio de sementes e/ou mudas, assim, acontece uma otimização das terras, conciliando a preservação ambiental, recuperação de plantas nativas e espécies exóticas, junto com a produção de alimentos, para além, a implantação de campos de metagenômica e de laboratório de cromatografia de solos e alimentos para suprir as demandas de todos os Núcleos Estaduais de Atendimento Socioeducativo- NEAs do estado (BENNATO, 2017).

Na mesorregião Agreste e Sertão, estavam-se desenvolvendo-se também, ações de resgate agrobiodiversidade de sementes, raças e espécies locais, tradicionais e crioulas, assim, o objetivo central era o fortalecimento dos bancos de sementes (BENNATO, 2017). Este fortalecimento acontecia através de feiras de trocas e por meio de intercâmbios, outra ação

importante, ainda, segundo Bennato *et al.* (2017), era o manejo dos recursos hídricos, interligados ao uso de tecnologias de captação e utilização eficaz da água e o uso de fontes de energias renováveis nas atividades agropecuárias, assim, constatava-se que em todas as propriedades lutavam pelo resgate da biodiversidade e segurança nutricional e alimentar.

Diante disto, viu-se a necessidade de para além do mapeamento de cooperativas e associações, fazer um levantamento de outras instituições Alagoanas que no ano de 2020, tivessem desenvolvidos projetos e ações, com o objetivo de fortalecimento da agricultura familiar, que diretamente, fortalece a rede orgânica e agroecológica.

Assim, uma pesquisa no site da Secretária de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura- SEAGRI (2020), demonstrou que existe projetos em andamentos, tais como; Programa de fortalecimento das Feiras da Agricultura Familiar, o projeto tem o objetivo de beneficiar 20 associações e cooperativas, com a aquisição de 260 barracas para os produtores, as mesmas, serão ofertadas para a comercialização em feiras municipais e regionais, os produtos que serão comercializados, serão orgânicos/agroecológicos e artesanatos.

O projeto será de grande importância para aqueles que irão se beneficiar, entretanto, diante do edital de concorrência, pode acabar gerando atrito, entre os produtores de cooperativas e associações vizinhas, além disto, pode gerar insegurança para os não beneficiários, uma vez que a comercialização em feiras, chega a ser a alternativa mais viável para alguns.

Um outro programa que está em fase de desenvolvimento no estado de Alagoas, é o Programa Rota da fruticultura, sua chegada, está prevista para dezembro de 2020, um de seus objetivos é beneficiar 4.000 mil famílias, atingindo os 102 municípios alagoanos (SEAGRI, 2020). O mesmo, está firmado no propósito de assegurar uma estruturação de um polo de fruticultura agroecológica, sendo, economicamente viável, estruturado com a agroindústria para o beneficiamento das frutas, a peça central deste sistema é a produção de mudas e a instalação de uma cadeia produtiva sistematizada e institucionalizada dentro dos padrões sustentáveis (SEAGRI, 2020).

A cooperativa dos Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários-COPPABACS, também vem atuando em Alagoas, desenvolvendo e monitorando bancos de sementes, focada nos municípios que constituem o semiárido alagoano. Segundo a Coppabacs (2020), os bancos comunitários de sementes constituem-se em um espaço formal ou informal, no qual, agricultores se reúnem com o propósito de preservar as sementes crioulas.

As sementes já foram batizadas com seu nome próprio “Sementes de resistência”, estes bancos estão situados nos municípios: Água Branca, Batalha, Delmiro Gouveia, Maravilha,

Pariconha, Piranhas, Poço das trincheiras, Santana do Ipanema, São José da tapera, Senador Rui Palmeira.

Os programas desenvolvidos pela Coppabacs, foram essências, pois, impactaram positivamente a vida de muitas famílias, que vivem na zona rural. Assim, vale acentuar todos os programas que foram implementados pela mesma, o primeiro; P1MC- Programa um milhão de cisternas de placas água para o consumo das famílias; P1+2 Programa terra e 2 águas, água para produção de alimentos, o qual o agricultor é beneficiado de acordo com seu terreno, podendo receber, cisterna calçadão de 52 mil litros, tanques de pedras, barragens subterrâneas, barreiros trincheiras, este programa foi implementado nos municípios de: Água Branca, Delmiro Gouveia, Pariconha, Inhapi, Mata Grande e Olho d'água das flores.

Para além disso, esta instituição, desenvolveu outros programas e ações, os quais englobaram; Implementação de produções agroecológicas, pois, tal produção detém caráter produtivo de baixo consumo de água, sendo livres de fertilizantes, ou qualquer produto, que fizesse mal a saúde humana; Dinamização econômica, apoiando a comercialização de produtos advindo da agricultura familiar e base agroecológica; Um outra ação de extrema importância para o setor rural, a ação que leva o nome de “Juventude Rural”, sendo a formação sociopolítica de jovens nos setores rurais. Todos estes programas já foram implementados nos municípios de: Canapi, Inhapi, Delmiro Gouveia, Mata Grande (COPPABACS, 2020).

Outra instituição, não menos importante, que fez parte da pesquisa foi, a Associação de Agricultores Alternativos- AAGRA (2020), que também se demonstrou de grande importância para a população alagoana, principalmente para aqueles que se encontravam em estado de vulnerabilidade social. Um dos projetos da AGRA é o “Salve Vidas”, este, que se constitui como uma via de mão dupla, uma vez que se distribuía alimentos, todos advindos de base agroecológica, ocorrendo assim, um beneficiamento mútuo, tanta para as famílias que vendem suas produções, quanto para as famílias que recebem estes alimentos, que integram o sistema de segurança alimentar e nutricional.

Diante de tantas vertentes, podemos concluir que além do estado de Alagoas possuir grande potencial para o maior desenvolvimento dos sistemas orgânicos e agroecológicos, ainda muitas instituições acabam auxiliando e facilitando com projetos que se constituem como uma via de mão de dupla, que beneficiam os produtores e a sociedade.

7. O CENÁRIO BRASILEIRO DA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTIVOS ORGÂNICOS E AGROECOLÓGICO

O Brasil se consagra o maior consumidor de orgânicos da América Latina, os produtos mais consumidos são in natura – verduras, legumes e frutas – isto, vem a evidenciar, o quanto os produtos orgânicos tem grande abertura no mercado interno, entretanto, este consumo é impulsionado apenas pela classe média (IPEA, 2020). No ano de 2018 houve uma projeção, a qual esboçava um faturamento de 4 bilhões, seguindo uma propensão de 25% a.a desde de 2015 (ORGANIS, 2018). Essa projeção se baseia no aumento das exportações, chegada de novas empresas ao mercado, e a inserção de novos e diversificados produtos (SILVANO, 2018, *apud*, IPEA, 2020).

No Brasil o principal canal de comercialização dos produtos orgânicos é o varejo convencional/supermercados, entretanto, um outro canal de comercialização de grande relevância é as feiras livres, visto que os preços dos produtos in natura são bem mais acessíveis, ainda assim, um outro fato, é que os feirantes, acabam sendo mais humanizados na hora da venda, o que faz desenvolver um vínculo maior com o consumidor (IPEA, 2020). No ano de 2015, um levantamento evidenciou que 900 (novecentos) municípios brasileiros, possuem um ou mais feiras livres que vendem orgânicos e agroecológicos, destas, 814 vendiam apenas orgânicos e agroecológicos, e 1.615 feiras, comercializam ambas as produções e alimentos convencionais (IPEA, 2020).

As cooperativas e associações também se constituem de grande importância para tal transação, uma vez que as mesmas possuem um alto poder de barganha no mercado, podendo auxiliar os agricultores familiares a escoar suas produções, facilitando a conversação entre os mesmos, cooperando assim, para o alcance de objetivos em comum (BARBOSA, 2017).

Já o mercado institucional beneficia os sistemas e os produtores, através das compras para o – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – e para o – Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – ambos os programas se constituem como uma via de mão dupla, pois atendem famílias em estado de vulnerabilidade social, além disso, auxiliam diretamente o fortalecimento dos sistemas, uma vez que os produtores se sentem seguros para produzir, cientes que terão onde escoar as suas produções, ademais, o Programa de Aquisição familiar, oferta um acréscimo de 30% para os produtores de base agroecológica (BARBOSA, 2017).

É importante destacar, que o Brasil também possui grandes empresas varejistas como a Mãe terra, que no ano de 2017, alcançou um montante de R\$100 milhões de reais, a nona maior empresa brasileira no seguimento de orgânicos, com uma expansão média anual de 30% (IPEA,

2020). A Nestlé, entre os anos de 2018 e 2019, iniciou a comercialização de aveia orgânica e leite orgânico, e desde de 2018 vem fazendo investimentos em laboratórios de controle de qualidade, com o objetivo de desenvolver mais linhas de produtos orgânicos para inserir no mercado (SILVANO 2018, *apud*, IPEA, 2020). Ademais, algumas empresas varejistas, como Carrefour, Grupos Pão de Açúcar (GPA), que se constituem as maiores varejistas do Brasil, fazem investimentos em suas próprias marcas, assim, em suas unidades fazem seções as quais evidenciam os produtos orgânicos (IPEA,2020).

Diante de todo exposto, podemos observar que o cenário de comercialização brasileiro é positivo, visto que a demanda por alimentos de maior segurança alimentar e nutricional se expandem, fazendo com que as produções tenham grande abertura no mercado local, entretanto, ainda existem muitas lacunas a serem cobertas, tendo em vista que não é só produzir, mas existe todo um processo para o produto chegar até o consumidor final, assim, ainda falta políticas públicas de âmbito Federal, Estadual ou Municipal, que auxiliem os produtores em todo o processo produtivo e distributivo.

8. CONCLUSÃO

Após o exposto, oriundo da pesquisa realizada, é possível observar que os sistemas orgânicos e agroecológicos se constituem como alternativas de desenvolvimento sustentável, geração de renda, auxiliando diretamente no processo de transformação do meio rural, podendo reverter a situação de exclusão e vulnerabilidade social dos agricultores familiares, seja por meio de incremento de renda ou da melhoria da segurança nutricional e alimentar da família rural, bem como, da localidade onde estão inseridos os agricultores.

Entretanto, ainda se faz necessário, um ambiente institucional sólido, tanto para estimular e fomentar essas diversas propensões quanto para promover novos mecanismos que assegurem a permanência e fortalecimento dessas organizações agrícolas familiares de produção e comercialização, se faz necessário também, uma juntura entre os agricultores, fortalecendo o elo entre associações e cooperativas, para que juntas, possam abastecer os mercados consumidores, locais, regionais, nacional e internacional, contribuindo assim para um melhor escoamento de parte da produção para mercados que remunerem melhor.

Diante da pesquisa também foi visto que, existe muitas lacunas a serem sanadas por meio de políticas públicas, mas, segundo Assis (2015), é necessário mudanças em políticas já vigentes, visto que, ao decorrer de anos, a agricultura patronal foi o único propósito destas políticas, e a agricultura familiar sempre foi posta à parte, mesmo possuindo um ambiente propício para os movimentos sustentáveis. Assim, o objetivo é que as novas políticas levem em consideração as decisões locais e as demandas sociais, que ao decorrer destes anos, só veem aumentando, auxiliando também, no empoderamento dos agricultores familiares, para os mesmo continuarem a produzir sanando toda demanda, trazendo benefícios a curto e longo prazo, a natureza e saúde humana.

Para além, a importância de um ambiente institucional benéfico para movimento orgânico e agroecológico, se dá para que esse sistema atue de forma harmônica, evitando riscos e incertezas aos agentes que venham a adquirir estes produtos, para que os mesmos tenham garantias da origem e qualidade daquilo que adquiriram. Esse é um dos fatores que justifica a importância de um ambiente institucional forte aliado a políticas de desenvolvimento a essa cultura. Por outro lado, a perspectiva dos agricultores é receberem um suporte institucional que lhes promova uma assistência técnica e financeira, que para esses cultivos são de extrema relevância para a evolução deste sistema produtivo (BARBOSA, 2007)

Neste sentido, as instituições pesquisadas detêm um papel importante, tanto no desenvolvimento produtivo, como para o escoamento da produção, principalmente na Região

do Semiárido e Agreste Brasileiro. Por isso, devido ao vazio criado pela incipiente participação governamental, instituições como COPPABACS e AAGRA possuem papel essencial para o desenvolvimento produtivo e comercial, bem como para a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares orgânicos e agroecológicos e para a segurança nutricional e alimentar destas regiões.

É importante mencionar também, que a área de produção dos estabelecimentos rurais é pequena para o desenvolvimento da produção em larga escala, sendo a produção orgânica e agroecológica uma possível saída frente a este problema. Isso ocorre, pois a produção orgânica e agroecológica permite a diversificação produtiva e a ocorrência de várias safras durante o ano, ademais, os sistemas possuem garantia de qualidade e padronização, isto ocorre, quando os agricultores são certificados, passando mais credibilidade e confiabilidade sobre a origem dos produtos, este selo permite e possibilita até o agricultor familiar permear mercados que os remunerem melhor, tendo abertura também, até para os demais mercados.

Portanto, diante de tudo que foi exposto, podemos observar que existe um longo caminho a se percorrer, seja pelas instituições como pelos agricultores, mas este caminho pode se levar a consideráveis mudanças e melhorias de vida.

9. REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2004.

AQUINO, J. R; ALVES, M.O; VIDAL, M. F. Agricultura Familiar no Nordeste: Um breve panorama dos seus ativos produtivos e da sua importância regional. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10481> Acesso em: 28 de junho de 2020.

ALVES, A. C; SANTOS, A. L S; AZEVEDO, R. M. M. C. Agricultura Orgânica no Brasil: Sua trajetória de certificação compulsória. Disponível em: https://orgprints.org/id/eprint/22814/1/Alves_Agricultura%20org%C3%A2nica.pdf . Acesso em: 01 de julho de 2021.

BARBOSA, L. C. G. B. A comercialização de produtos orgânicos como alternativa para a geração de sustentabilidade aos agricultores familiares. Dissertação. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Alagoas. Maceió. 2007.

BARBOSA, L. C. G. B. A Pluriatividade na Agroecologia Como Uma Alternativa de Desenvolvimento para o Ambiente Rural. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Pará. Curitiba. 2013.

BARBOSA, L. C. G. B; BRANDÃO, T. F. B. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural em Alagoas: Um olhar a partir do censo agropecuário de 2017. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren> . Acesso em: 17 de Junho de 2021

BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. Agroecologia: Além de uma Ciência, um Modo de Vida e uma Política Pública. Santa Maria, RS. 2003.

BENATTO, L. et al., Construção da Rede de Agroecologia de Alagoas para Sistematização das Ações Interinstitucionais de agroecologia. In: Anais do VI Congresso Latino-americano de Agroecologia; X Congresso Brasileiro de Agroecologia; V Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno. v. 13 n. 1 .2018.

BRASIL. Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária – CNA. Produto interno bruto. Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/pib-do-agronegocio-cresce-3-81-em-2019>. Acesso em 19 de março de 2020.

BRASIL, 2006. Lei nº 11.326 de julho de 2006. Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 24 julho. 2006. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso: 25 de março de 2020.

BRASIL, 2003. Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura Orgânica e dá Outras Providências. Brasília, DF, 23 dez. 2003. Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/lei23dez03.htm>. Acesso em: 29 de março de 2020.

Brasília (Estado). Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica-PNAPO. Brasília, DF, 20 agosto. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7794. Acesso em: Acesso em 25 de Abril de 2020.

Cooperativa dos Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos de Sementes Comunitários (Coppabacs). Projetos. Disponível em: <http://coppabacs.blogspot.com/> Acesso em: 10 de maio de 2020.

Formação de Agricultores Alternativos. Salve vidas. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/aagra.al/posts/?ref=page_internal. Acesso em: 11 de maio de 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao#agricultura-familiar> Acesso em: 13 de abril de 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017#cna> Acesso em: 13 de abril de 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). População alagoana do último censo. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/panorama> . Acesso em: 13 de abril de 2020.

Instituto de Pesquisa Economia Aplicada (IPEA). Produção mundial, produção nacional, comercialização e consumo. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent§ion=31&category=422&Itemid=359 Acesso em: 05 de Junho de 2021

Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (ITERAL). Perspectiva para o crescimento dos sistemas orgânicos/agroecológicos. Disponível em: <http://www.iteral.al.gov.br/> Acesso em: 13 de maio de 2020.

MATTIE. L. Emprego agrícola: cenários e tendências. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/VRB6btLcQc49JHGW5sFKFFh/?lang=pt> Acesso: 28 de Março de 2021.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Mapeamento de Associações e Cooperativas orgânicas e agroecológicas do estado de Alagoas. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade>: Acesso em: 17 de maio de 2020.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FOA). Segurança alimentar e erradicação da fome. 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/pt/> Acesso em: 11 de maio de 2020.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas em Alagoas (SEBRAE). Crescimento da Produção orgânica no mercado. Disponível em: <https://atendimento.sebrae-sc.com.br/blog/crescimento-da-producao-organica-de-mel-no-mercado/> . Acesso em: 26 de junho de 2021.

Senado Federal. RIO 92. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx> Acesso em: 07 de Agosto de 2021.

Secretária da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI). Projetos de Fortalecimento a rede agroecológica. Disponível em: <http://www.agricultura.al.gov.br/> Acesso em: 10 de maio de 2020.